

Candidatos pela Madeira



Compromissos para a Madeira

RECUPERAR A ECONOMIA

• **Renegociação da dívida da Madeira**, alargando prazos e baixando os juros da mesma garantindo a solidariedade nacional no sentido de cancelar uma parte da dívida, onde o Estado Português é o principal credor. Assim, garantir-se-ia a Autonomia e os serviços públicos essenciais: Escola, Saúde, transportes e energia.

• Criar as condições para a **recuperação do diferencial de impostos de 30%** consagrado no Estatuto Político-Administrativo da Região e retirado pelo PAEF.

• **Nacionalização da banca**, submetida aos critérios e objetivos determinados pelo mandato político e não pelo estrito interesse de acionistas privados.

• **Revolução fiscal** para acabar com a punição sobre o trabalho, criando um imposto sobre grandes fortunas, diminuindo o IVA na restauração para 12% e na eletricidade, gás e bens de primeira necessidade para os 5%.

MAIS TRABALHO, MAIS DESENVOLVIMENTO

• Manutenção de um regime fiscal mais favorável para as empresas regionais que criem postos de trabalho efetivos, paguem impostos e criem riqueza na Madeira.

• Apoiar financeiramente a Universidade da Madeira, reconhecendo o seu papel como pólo divulgador e transmissor de conhecimento numa região ultraperiférica.

• Criação de emprego, reposição completa dos salários cortados e o aumento do salário mínimo nacional para 600 euros.

• Reposição dos apoios sociais cortados e alargamento da cobertura do subsídio social de desemprego a todos os desempregados em situação justificada de carência económica.

• Sistema bancário ao serviço dos reais interesses do País, que financie a economia e reduza o sobreendividamento das famílias.

A CRISE NÃO É PARA TODOS



Há 25 pessoas, com Américo Amorim à cabeça, que concentram 8,5% da riqueza nacional. Em 2014, as suas fortunas cresceram ainda mais.

Os presidentes das grandes empresas receberam em média 600 mil euros, ou seja, 25 vezes mais do que cada trabalhador. Em Portugal, o número de milionários nunca parou de crescer nos últimos anos. Em 2014, eram 76

mil, mais 10 mil que no ano anterior. Quase todos estes milionários têm mais de cinco milhões de euros. Há três portugueses com mais de mil milhões de euros de património líquido. Foi para manter fortunas destas que o país empobreceu.

#gentedeverdade

APOIANTES GENTE DE VERDADE



20 SET FUNCHAL 12h30 PRAÇA DO PEIXE Mercado dos Lavradores com Catarina Martins Paulino Ascensão Roberto Almada inscrições almoço: 964282693 ou 291626614

ELEIÇÕES 4 outubro VOTA



Bloco

fazer a diferença

ESQUERDA.NET



GENTE DE VERDADE

Paulino Ascensão Candidato pela Madeira | Catarina Martins Porta-voz do Bloco de Esquerda

A Madeira não escapou à devastação imposta pelas políticas de austeridade. PSD, CDS e PS têm estado do mesmo lado, o dos interesses financeiros e do diretório da Alemanha. O Bloco de Esquerda não aceita o empobrecimento forçado. Por isso exigimos:

- A reforma do código de trabalho com a redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais nos setores público e privado.
- O combate às remunerações abusivas de administradores, gestores e outros cargos de direção.
- A integração nos quadros de todos os trabalhadores precários que cumpram funções permanentes.

- A democratização no acesso e uso de novas tecnologias de informação e comunicação através de um serviço público de acesso à Internet gratuito, ou de baixo custo, e disponibilização de redes wifi de acesso livre.
- Obrigatoriedade do regime de exclusividade dos deputados à Assembleia da República, às Assem-

- bleias Regionais, dos executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais que exerçam o cargo em regime de permanência.
- Generalização do software livre na administração pública.
- O aumento do financiamento da saúde de 5% para 8,5% do PIB.
- Eliminação das taxas moderadoras.

- Combate à corrupção e ao crime económico com a criminalização do enriquecimento ilícito.
- Políticas de promoção do bem-estar animal através da dignificação dos canis e gatis municipais e mecanismos de participação das associações de proteção dos animais na intervenção e monitorização nos canis e gatis municipais.



Quem está farto não pode ficar calado.

Nas últimas quatro décadas, Portugal foi governado por PSD, CDS e PS.

Quem não votou em 2011 poderia ter decidido a composição de quase metade do parlamento. Não votando, permitiu uma maioria absoluta de direita e quatro anos de austeridade sob um memorando aprovado pelo PS, PSD e CDS. O resultado está à vista. Quem não vota ou vota em branco, deixa o seu poder nas mãos de outros.

Quem não vota ou vota em branco deixa o seu poder nas mãos de outros.

No final do dia, esse poder acaba nas mãos do costume. Para um protesto eficaz e uma mudança real, o caminho é outro. É preciso lutar e é preciso votar. Eleger deputados de combate, gente de verdade, sem interesses escondidos e com mandato claro. O Bloco de Esquerda fez sempre essa diferença. Não te cales. Vota em quem lhes bate mais forte.

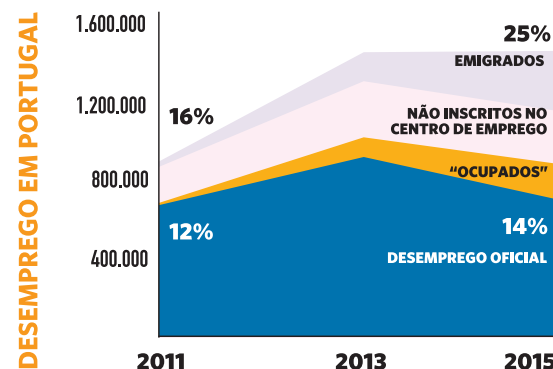
Sabia que

- Em 2011 houve tanta gente a votar PS, PSD e CDS como a abster-se e a votar nulo/branco.
- Com o voto de 45% dos inscritos, PS, PSD e CDS elegeram 206 deputados, ou seja, 90% do total.
- A maioria absoluta PSD/CDS resultou do voto de apenas um terço dos eleitores inscritos.

O GOVERNO MENTE : EMPREGO EM MÍNIMOS, PRECARIEDADE EM MÁXIMOS

Há quatro anos, Passos Coelho prometeu tudo. Fim dos sacrifícios, nada de cortes nas reformas nem aumentos de impostos. Paulo Portas era ainda o chefe do "partido dos reformados" e "do contribuinte". Irrevogável. Depois, foi o que se viu. Portugal afundou-se numa crise que nos deixa a dívida mais alta de sempre. Nesta campanha eleitoral, a direita repete a mentira. Ao jurar que Portugal vai bem e que o desemprego diminuiu, a coligação não respeita as vítimas do seu governo.

Nestes gráficos, desmontamos essa mentira. O desemprego está em máximos históricos, mesmo sem contar com quem só consegue trabalho a tempo parcial. De 2011 para 2015, o número de pessoas empregadas caiu 260 mil. O governo "esquece" os milhares que emigram, esconde os desempregados que já desistiram de ir ao centro de emprego e retiram das contas os "ocupados" em contratos CEI, estágios fraudulentos e outras medidas.



EM CADA 10 NOVOS CONTRATOS, 9 SÃO PRECÁRIOS



Cerca de 70 mil desempregados são explorados em "Contratos Emprego Inserção", obrigados a trabalhar por 80 euros/mês, sob pena de perderem o subsídio de desemprego, que é seu por direito. O mesmo sucede através do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que fornece às empresas estagiários descartáveis e pagos em grande parte pela Segurança Social. No final, sete em cada dez voltam para o desemprego.

BLOCO PROPÕE

- > Fim dos falsos Recibos Verdes
- > Fim dos Contratos Emprego Inserção
- > As empresas que não contratem como efetivos pelo menos metade dos estagiários do IEFP devem perder o acesso a novos a programas de estágios
- > Contratação de todos os trabalhadores precários ao serviço do Estado

Portugal pode escolher



PEDRO FILIPE SOARES

PARTIDOS DOS CREDITORES ESTÃO DE ACORDO

BLOCO DE ESQUERDA PROPÕE



MARIANA MORTÁGUA

COMBATER A CORRUPÇÃO

continuar a empobrecer ou recuperar o que é nosso

NEM MAIS UM SACRIFÍCIO PELO EURO

O Bloco quer atacar o enriquecimento injustificado, mas não apenas dos responsáveis públicos. Toda a riqueza sem origem clara e acumulada abusivamente, deve ser taxada a 100%. Cada euro que a corrupção custa às contas públicas é um euro cortado ao Estado Social. É um abuso sobre cada um dos seus cidadãos. O Bloco propôs a criminalização do enriquecimento ilícito desde 2009, mas a lei nunca viu a luz do dia. Em 2015, PS uniu-se a PSD e CDS e tudo ficou como estava. O Bloco exige a total transparência dos políticos e dos altos cargos, alargando a lista de responsáveis com a obrigação de declarar o seu património. Desde membros do governo a consultores ou peritos do Estado, deputados e responsáveis de gabinetes ministeriais. Quem não deve não teme: as declarações patrimoniais devem estar acessíveis aos cidadãos. Se há património não declarado, é crime.

Mais austeridade

e corte nas pensões atuais

A ministra das finanças já anunciou: novo corte nas pensões, que pode atingir 600 milhões de euros. O projeto da coligação é continuar a empobrecer o país, empurrar os jovens para a emigração, generalizar os salários baixos e a precariedade. Quem achar que é verdade que, assim, "o país está melhor", aqui tem a sua opção.

Votar na direita é continuar a empobrecer.



PEDRO PASSOS COELHO E ANGELA MERKEL

Mais austeridade

e corte nas pensões futuras

O PS recusa a renegociação da dívida e assume a liberalização dos despedimentos. É o programa socialista mais à direita de sempre. Quanto à Segurança Social, António Costa propõe diminuir agora as contribuições dos trabalhadores, mas à custa das pensões futuras. É bem conhecida a política de gastar agora e pagar depois. Já nos saiu cara com as PPPs do governo Sócrates.

Votar no PS é continuar a empobrecer.



ANTÓNIO COSTA E MARTIN SCHULZ

Obedecer à Alemanha, caminho de declínio



Estancar a sangria da dívida

Não podemos viver como escravos dos credores. A renegociação da dívida pode reduzi-la a metade, através de abatimentos, baixa de juros e prazos mais longos. Suspendendo os pagamentos por 3 anos, libertam-se fundos para relançar o investimento e o emprego. Com esses mesmos objetivos, também se deve iniciar uma revolução fiscal sobre fortunas e bens de luxo, com taxa de 100%, fim das borlas no IRC, eliminação da sobretaxa de IRS e reposição dos escalões anteriores à troika, além da reposição do IVA nos 13% para a restauração e nos 6% para a energia.

Começar por quem precisa

Portugal só sai da crise com uma nova distribuição da riqueza. A prioridade do Bloco de Esquerda é quem tem menos apoio. Os recursos obtidos na renegociação da dívida e na reforma fiscal servirão para pagar o acesso de todos os desempregados ao subsídio social de desemprego e para recuperar outros apoios - Rendimento Social de Inserção (RSI), complemento para idosos, abono de família. O Bloco quer também repor salários e pensões cortados acabar com a precariedade dos falsos recibos verdes, Contratos Emprego Inserção (CEI) e empresas de trabalho temporário.

Se um país tem de escolher entre ser um Estado viável ou ter o euro como moeda, deve escolher ser um Estado viável. Essa é a principal lição a tirar da imposição à Grécia de um terceiro memorando. Face à brutal chantagem alemã e ao apoio dos Partidos Socialistas à política de Angela Merkel, qualquer governo que queira romper com a austeridade e defender o seu país, deve preparar-se para todas as consequências, incluindo o rompimento com a união monetária. O governo grego não estava preparado para esse rompimento, mas a austeridade nunca é caminho e este ultimato à Grécia só levará a mais destruição. Há quatro anos, quando o Bloco defendeu que, em vez de submissão à troika, era necessária uma reestruturação da dívida, todos diziam que era um tema proibido. Hoje é perfeitamente claro que não há saída da crise sem renegociação da dívida e rutura com a austeridade e o tratado orçamental europeu.

Libertar recursos, investimento público

#1 Aumento imediato do salário mínimo para **600 euros**
Redução das diferenças salariais nas empresas

#2 Imposto sobre grandes fortunas e **bens de luxo**

#3 Exclusividade dos profissionais da **Saúde Pública**
Controlo público dos hospitais que são PPP

#4 Acesso a **creches** públicas
Eliminação dos exames no **ensino básico**

#5 Reforma aos 65 anos de trabalho ou 40 anos de descontos

#6 **Punição da poluição:** quem polui deve assegurar a reparação do ecossistema

#7 Não à privatização dos **transportes**
Passe grátis para desempregados
Reposição de descontos para estudantes e mais de 65 anos.

#8 **Transparência.** Proibição de negócios entre o Estado e qualquer entidade sedada em paraísos fiscais em offshore